



“Imperador  
de toda a  
América  
do Sul”

# D. João no Brasil e o Rio da Prata

D

JOÃO PAULO G. PIMENTA

ADRIANA SALAY LEME

**JOÃO PAULO G. PIMENTA** é professor do Departamento de História da FFLCH-USP.

**ADRIANA SALAY LEME** é graduanda em História e bolsista PRP-USP.

urante a vigência da colonização ibérica no continente americano, as possessões portuguesas tiveram, na extensa região banhada pelo Rio da Prata e nas terras a ela imediatamente contíguas, seus pontos de contato mais intensos e duradouros com os domínios espanhóis. A presença de portugueses era expressiva em Buenos Aires já desde o século XVI, entreposto de rotas comerciais que interligariam, durante um bom tempo, os portos do Brasil e da África à região mineradora do Peru. Em outra direção, entre a capitania de São Vicente (tornada capitania de São Paulo em 1709) e as terras do Paraguai, os contatos terrestres jamais cessaram, e a fundação portuguesa da Colônia do Sacramento, em 1680, na embocadura do Prata, contribuiu para a colonização extensiva de toda a banda oriental do Rio Uruguai e das capitanias de Rio Grande e Santa Catarina, em meio à intensificação da transferência, para os espaços coloniais, dos conflitos intermetropolitanos urdidos no continente europeu.

Embora as relações econômicas diretas entre a América portuguesa e a América espanhola remontem já aos primórdios da colonização, foi nas últimas décadas do XVIII que elas se intensificaram, sobretudo com os vice-reinos do Peru e do Rio da Prata, a ponto de, acopladas aos acontecimentos políticos europeus, desembocarem em um intenso fluxo legal e ilegal de homens e mercadorias, mas também de notícias, boatos, informações, prognósticos, temores e expectativas. Com a guerra entre Grã-Bretanha e Espanha, originada pelo apoio desta aos recém-criados Estados Unidos, o comércio entre os domínios hispânicos da América e a Europa viu-se entravado. Como alternativa, embarcações das potências

- 1 Marcela Tejerina, *Luso-brasileiros en el Buenos Aires Virreinal: Trabajo, Negocios e Intereses en la Plaza Naviera y Comercial*, Bahía Blanca, Edivus, 2004, pp. 72-108. Trata-se do mais consistente estudo a respeito das relações comerciais entre o Brasil e o vice-reino do Rio da Prata
- 2 Idem, *ibidem*, pp. 113 e 145, respectivamente.
- 3 A abertura total dos portos platina ao comércio estrangeiro seria decretada em 2 de novembro de 1809, regulamentada quatro dias depois (John Street, *Gran Bretaña y la Independencia del Rio de la Plata*, Buenos Aires, Paidós, 1967, pp. 151-65).
- 4 John Luccock, *Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil*, Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1975, p. 393.
- 5 Elena Beatriz Torre, "Aspectos en Torno al Comercio Marítimo Buenos Aires-Brasil 1810-1816", in Hernán A. Silva [dir.], *Navegación y Comercio Rioplatense II*, Bahía Blanca, Universidad Nacional de Sur, 1998, pp. 314-59; José Pedro Barrán & Benjamín Nahum, *Bases Económicas de la Revolución Artiguista*, 2ª ed., Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1964, cap. III; B. J. Barickman, *A Bahian Counterpoint: Sugar, Tobacco, Cassava, and Slavery in the Recôncavo, 1780-1860*, Stanford, Stanford University Press, 1998; Manuel de Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Topbooks, 1996, p. 109; Catherine Lugar, *The Merchant Community of Salvador, Bahia, 1780-1830*, tese de doutorado, State University of New York at Stony Brook, 1980, p. 85; Agustín Beraza, *La Economía en la Banda Oriental Durante la Revolución (1811-1820)*, 2ª ed., Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1964, p. 19; e Jeanne Lynn Friedman, *Free Trade and Independence: the Banda Oriental in the World System, 1806-1830*, The Ohio State University, 1993.
- 6 Helen Osorio, "La Capitanía de Rio Grande en la Época de la Revolución Artiguista: Economía y Sociedad", in Ana Frega & Ariadna Islas [coords.], *Nuevas Miradas en Torno al Artiguismo*, Montevideo, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación/Universidad de la República, 2001, pp. 163-78. Também A. Beraza, *La Economía en la Banda Oriental...*, op. cit., pp. 20-1.
- 7 João Paulo G. Pimenta, *O Brasil e a América Espanhola (1808-1822)*, tese de doutorado, São Paulo, FFLCH-USP, 2003.

neutras obtiveram permissão oficial de comércio em Buenos Aires e Montevidéu, favorecendo sobremaneira os mercadores portugueses, principalmente aqueles do Rio de Janeiro envolvidos no tráfico de escravos. Embora toda essa atividade tenha conhecido contração após 1783, no início da década seguinte ela voltou a crescer, com a Coroa espanhola regulamentando o comércio negreiro no Prata em 1791, e abrindo de vez o comércio entre seus portos e os do Brasil em 1795<sup>1</sup>.

O acirramento dos conflitos europeus em torno da França revolucionária, a partir de 1797, estimulou a Espanha a aprofundar a abertura de seus mercados coloniais às potências neutras. Nesse contexto, novamente despontaram as atividades de comerciantes portugueses radicados no Brasil. Alguns números fornecidos por uma especialista no tema são exemplares e eloqüentes: em 1799, das 30 embarcações negreiras chegadas ao Rio da Prata, 19 procediam do Brasil; em 1804, dentre o total de 482 estrangeiros residentes em Buenos Aires, 54% eram portugueses – a grande maioria negociantes que mantinham agentes nos portos luso-americanos –, cifra que atingiria 63% em 1807<sup>2</sup>. A despeito de alguns recuos – como durante a chamada “Guerra das Laranjas”, entre Portugal e Espanha em 1801, ou as invasões britânicas a Montevidéu e Buenos Aires, de onde foram expulsos por milicianos locais em 1806 e 1807 –, as ligações entre o Brasil e o Rio da Prata jamais cessaram, chegando inclusive a crescer daí em diante. Em 1808, a corte portuguesa no Brasil decretou a abertura de seus portos, em 28 de janeiro, enquanto a Espanha reduziu as tarifas alfandegárias de Buenos Aires para mercadorias procedentes do Brasil, em 13 de julho de 1808<sup>3</sup>. O negociante inglês John Luccock escreveria, pouco depois, que “houve, é verdade, uma época em que [...] até os gêneros que passavam de um para outro porto do próprio rio, Buenos Aires e Montevidéu, eram transportados via Rio de Janeiro”<sup>4</sup>.

Em Buenos Aires e Montevidéu chegavam escravos, algodão, açúcar, café, aguardente, madeira, material para a construção

de barcos, farinha de mandioca, tabaco, índigo, erva-mate e arroz, provenientes do Rio Grande, Santa Catarina, Santos, Parati, Rio de Janeiro, Bahia e Recife, além de ouro contrabandeado de Minas Gerais; na contra-mão, para a América portuguesa seguiam, por mar ou terra, carne, couro, farinha de trigo, animais e peles<sup>5</sup>. É relevante destacar que portos como os de Buenos Aires, Montevidéu, Rio de Janeiro, Salvador e Recife possuíam estreitas vinculações também com muitas outras praças americanas, africanas e européias, o que os tornava não apenas centros mercantis dinâmicos, mas também encruzilhadas de homens e de informações que, a partir de 1808, encontrariam uma demanda cada vez mais intensa da parte de todos aqueles que, em ambos os impérios ibéricos, viram-se envolvidos pelos assuntos da política. Isso sem falar no Rio Grande de São Pedro que, dentre todas as capitânicas do Brasil, era sem dúvida a mais suscetível às trocas com a América espanhola, possuindo inclusive produções locais, estrutura fundiária e dinâmica demográfica muito semelhante aos territórios a ela imediatos, bem como redes comerciais, familiares e de sociabilidade compartilhadas<sup>6</sup>.

Nesse espaço de embates, articulações, trocas e simbioses, o auge da crise política das metrópoles ibéricas, entre 1807 e 1808, se desdobraria em determinações recíprocas das mais importantes para os destinos políticos dos impérios ibéricos na América, bem como das nações independentes a partir deles formadas ao longo do século XIX<sup>7</sup>. Dentre os muitos acontecimentos relevantes daqueles anos, a instalação da corte portuguesa no Rio de Janeiro repercutiu em muitos lugares do mundo ocidental; mas no Rio da Prata, sem dúvida, seus impactos são especiais, amparados e potencializados pela constituição pretérita de uma vasta e variável região de fronteira.

• • •

Em algum dia do mês de fevereiro de 1808, dois marinheiros espanhóis procedentes de Santa Teresa, no Rio Grande disseram às autoridades municipais de Montevidéu

que a família real portuguesa abandonara Lisboa e se dirigira ao Rio de Janeiro<sup>8</sup>. Diante de uma notícia tão importante, o governador local decidiu agir: comunicou o fato ao vice-rei do Rio da Prata, Santiago de Liniers, e decidiu enviar às terras portuguesas vizinhas, “*reservadamente, un sujeto activo, inteligente, de toda su satisfacción y de la de dicho Jefe al Rio Grande para que con la cautela correspondiente se impusiese de tanto quanto alli ocurría*”. O encarregado, Luís Larrobla, passou dezessete dias em terras luso-americanas e, de volta a Montevidéu no dia 29, passou seu informe ao *cabildo* da cidade<sup>9</sup>.

Nele, Larrobla dá conta das forças militares da capitania do Rio Grande, embora “*preparatibos por hora absolutamente ningunos*”, tampouco “*esperan Tropas del Janeyro*”. Quanto ao desembarque da família real, até o dia 14 de fevereiro “*aun no havia llegado el Principe Regente al Rio, el que entró en la Bahía de Todos Santos con dos Navios Portugueses juntamente con la Princesa Carlota y 4 Ingleses*”, e até o dia 16 de fevereiro nenhuma providência parecera tomada no Rio de Janeiro para sua entrada lá. A presença dos britânicos ao lado dos portugueses é digna de nota, resultado de uma aliança recém-estabelecida no complicado quadro político, militar e econômico europeu, mas, segundo Larrobla, ainda “*no se habla, y se ignora de rompimiento de guerra con los Españoles, aunque se sospecha mucho*”. A seguir, destaca aquele ponto que lhe parece mais preocupante: ao chegar D. João à Bahia, afirma que “*el Pueblo le apellidó Emperador de toda la America del Sur, a lo que respondia, que seria lo que quisieran*”, ao que acrescenta: “*la opinión bulgar es, que dicho Principe pasará letras a la america Española del Sur para titularse Emperador de toda ella*”<sup>10</sup>.

Marcado por expectativas advindas de um acontecimento extraordinário, talvez impressionado pelas notícias que a respeito circulavam em terras luso-americanas, certamente zeloso em atender às demandas daqueles que o haviam incumbido de tão importante missão, o informante do *cabildo* de Montevidéu tratava o desembarque de D.

João e sua alcunha de “Imperador de toda a América do Sul” como um *fato*, embora logo a seguir considerasse seus supostos procedimentos para oficializar tal condição como um *boato*, baseado apenas na “opinião vulgar”. Desse modo, em seu informe, verdade e verossimilhança se confundiam, passado e futuro se imbricavam de modo a pautar a difícil atuação, no presente, diante de um acontecimento tão inesperado e que impunha pronta mobilização.

As expectativas despertadas pela transferência da família real portuguesa às terras americanas foram múltiplas e intensas. Testemunha de algumas de suas manifestações, o inglês John Luccock, acima mencionado, escreveria, poucos anos depois, que logo à sua chegada os portugueses da América teriam tomado D. João como verdadeiro “benfeitor do país, fundador de um novo império, outorgando-lhe o título, que na realidade lhe cabia, de único ‘Monarca do Sul’”<sup>11</sup>. A acreditarmos na fidelidade de suas palavras, aparentemente insuspeitas, a idéia coeva – que era também uma constatação – do príncipe português como único chefe de uma dinastia européia instalado em terras do Novo Mundo, disseminada publicamente com um caráter laudatório da nova situação em que este se encontrava, pôde chegar ao Rio da Prata metamorfoseada em uma ameaça: a corte portuguesa, na América, se prepararia para subjugar as terras espanholas do continente. Assim, naquele contexto, a expressão *único monarca da América do Sul* podia ser parafraseada como *Imperador de toda a América do Sul*.

Um fato criava um boato, amparado em uma informação, e o boato criava um fato novo. Assim, em 2 de março, dois dias depois de tomarem ciência do que seu informante lhes trazia, os membros do *cabildo* de Montevidéu trataram de se dirigir, reservadamente, às autoridades da capital do vice-reino do Rio da Prata, informando ao *cabildo* de Buenos Aires que “*la familia Real de Portugal havia venido de Lisboa al Janeyro*”; por isso haviam comissionado Larrobla, desejosos de “*imponerse por menor de estas novedades y de quantas ocurriesen en aquella banda sobre el estado*

8 O comboio que levou a família real portuguesa à América deixou Lisboa em 29 de novembro de 1807; D. João, sua esposa D. Carlota e uma pequena comitiva desembarcariam primeiro na Bahia, em 22 de janeiro do ano seguinte, enquanto o restante seguiria para o Rio de Janeiro. Príncipe e princesa para lá seguiriam em 26 de fevereiro, chegando à nova sede da corte em 7 de março.

9 “Nota do *Cabildo* de Montevidéu ao *Cabildo* de Buenos Aires, 2/3/1808”, in *Política Lusitana en el Rio de la Plata – Colección Lavradio*, I, 1808-1809 [doravante PLRP], Buenos Aires, Archivo General de la Nación, 1961, pp. 7-9. O informe de Larrobla foi redigido em 24/2/1808, e encontra-se em anexo a essa nota.

10 Idem, *ibidem*, pp. 7-8.

11 Luccock, *Notas sobre o Rio de Janeiro...*, op. cit., p. 163.



*de esta nación con la nuestra por los recelos que tal ocurrencia causaba*”; anexavam o informe de Larrobla e afirmavam os temores por ele despertados:

*“Con estas noticias aunque hasta ahora no tengamos otras que confirmen los recelos que infunden no debemos despreciarlas: le ha parecido à este cuerpo muy compatible con su celo y con el de este Exmo. Cabildo recordarle lo expuesta que está toda esta campaña en caso de un rompimiento de Guerra con aquella nación fronteriza, por las ningunas fuerzas que hay en ella para contener la ambición de tales vecinos”.*

O *cabildo* de Montevideu pedia ao de Buenos Aires gente, armas e dinheiro para

o caso de um ataque português, em função dos recentes serviços à causa espanhola prestados por seus homens, o que evocava o espectro das invasões da Grã-Bretanha – agora aliada de Portugal – ao Rio da Prata em 1806 e 1807, e que ainda pairava no ar:

*“V. E. no puede ignorar que este Pueblo [de Montevideu] debe precisamente profesar un perfecto amor a estos cortos Infantes veteranos [de Buenos Aires] por que han sido en todas las turbulencias pasadas sus mas llegados compañeros, y por lo tanto no duda este cabildo que V. E. sabrá con su influjo facilitarle el gusto de que se reboque la orden dada por la capitania general para la ida de estos pocos soldados, y que se conceda la subsistencia de ellos aquí para en cualquier caso que ocurra contar al menos con este mas auxilio”*<sup>12</sup>.

No dia 5 de março, o *cabildo* de Buenos Aires respondeu. Na capital do vice-reino, as primeiras informações anteriores, levadas a Montevideu pelos dois marinheiros espanhóis em meados de fevereiro, tinham sido consideradas, naquela ocasião, muito vagas, mas suficientes para mobilizar as autoridades locais; sabemos que em 19 de fevereiro o vice-rei Liniers já tinha escrito ao governador da Província do Paraguai, Manuel Gutiérrez, com advertências sobre os riscos que corria aquela fronteira com o Brasil<sup>13</sup>. Agora, quase um mês depois, na correspondência com o *cabildo* de Montevideu, o tom era mais cauteloso. Dando-lhe *“las debidas gracias por el celo con el que le imparte avisos tan interesantes como oportunos para nuestra respectiva seguridad en las criticas actuales circunstancias”*, informava que nesse meio tempo outras notícias tinham chegado a Buenos Aires: pela sumaca Rivera Nova, que saíra do Rio de Janeiro em 18 de fevereiro e aportara na cidade em 3 de março, os membros do *cabildo* teriam sido informados das *“verdaderas ocurrencias en las Colonias Portuguesas”*. E quais seriam estas? A de que era *“problemático [duvidoso] el arribo del*

<sup>12</sup> “Nota do *Cabildo* de Montevideu ao *Cabildo* de Buenos Aires, 2/3/1808”, in *PLRP*, op. cit., pp. 5-7.

<sup>13</sup> Os dados estão presentes no “Ofício do Governador D. Manuel Gutiérrez ao Vice-rei Liniers, de 17/3/1808”, em resposta à nota de 19/2/1808 sobre as dificuldades existentes em proteger as fronteiras com o Brasil, in *PLRP*, op. cit., p. 23.

*Príncipe Regente a la Bahía, creyéndose política del Gobierno la propagación de esta noticia*”, que era opinião dominante nos círculos dirigentes portugueses “*conservar la mayor armonía y relaciones mercantiles con las colonias Españolas*”, e que não apenas essas notícias “*persuaden no tan próximas las hostilidades*” como também estas só seriam possíveis com a colaboração de muitas tropas britânicas, o que parecia francamente improvável<sup>14</sup>.

Os fatos logo mostrariam o excesso de otimismo das autoridades de Buenos Aires que, supostamente lidando com “verdadeiras” informações, na realidade estavam mais dependentes ainda de boatos que as de Montevidéu.

Em 13 de março de 1808, apenas cinco dias após a chegada de D. João ao Rio de Janeiro, seu ministro da Guerra e Negócios Estrangeiros, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, dirigiu um ofício ao *cabildo* de Buenos Aires, oferecendo proteção portuguesa contra as ameaças francesas que pairavam sobre o continente, bem como uma intermediação da corte portuguesa, na condição de aliada da Grã-Bretanha, no sentido de frear uma eventual nova investida desta contra os portos do Rio da Prata. Não se tratava apenas de oferta de proteção e intermediação, mas também de uma ameaça: no caso de negativa por parte das autoridades portenhas, “Sua Alteza Real se veria obrigado a obrar, de concerto com o seu poderoso aliado, com os fortes meios que a Providência depositou em suas mãos”<sup>15</sup>. Em 17 de março, antes mesmo de receberem a intimação de D. Rodrigo, as autoridades espanholas de Buenos Aires já tinham escrito ao ministro da Guerra da Espanha, Antonio Olaguer Feliú, que “*se ha sabido en esta Provincia que el dia 19 de Enero último llegó al Janeyro en dos Navios y dos Bergantines de Guerra Portugueses y en [...] tres Navios Ingleses la Familia Real de Portugal, excepto el Príncipe Regente, su Mujer e hijos, que arribaron a la Bahía de Todos Santos y aun nos se sabe que hayan seguido al Janeyro*”<sup>16</sup>. Agora, a presença da corte portuguesa em solo americano era fato incontestável.

Enquanto intimidava as autoridades hispânicas do Rio da Prata, a corte portuguesa do Rio de Janeiro encarregava o brigadeiro Joaquim Xavier Curado de uma missão especial ao Rio da Prata. De acordo com as instruções lavradas por D. Rodrigo em 15 de março de 1808, Curado deveria ir ao Rio Grande para daí, com o apoio do governador dessa capitania, Paulo José da Silva Gama, “conseguir ser admitido em Montevidéu e Buenos Aires [...], propondo a negociação de que vai encarregado para segurar a continuação do Comércio”; em seguida, deveria trabalhar junto aos governadores daquelas praças para “unir aqueles Países ao Real Domínio, o que seria muito feliz, pois evitaria toda ulterior contenda”; finalmente, procederia ao

“exame, e conhecimento verdadeiro do voto da Nação Espanhola, e da Opinião Pública sobre entregarem-se ao Governo Português, e em qualquer caso o conhecimento do estado da Força Pública em Soldados, Oficiais, e Munições, que tem, e ocupa o Rio da Prata, pois é muito essencial se desgraçadamente se houver de chegar a vias de fato, que se conheça a força real dos Espanhóis sobre todos os Portos do Rio da Prata”<sup>17</sup>.

Naturalmente, durante sua missão, Curado enfrentaria a desconfiança das autoridades hispânicas. Em Montevidéu conseguiu tratar diretamente com algumas delas, mas sem lograr obter qualquer manifestação formal de apoio à política portuguesa. Em Buenos Aires, nem isso: sob pretextos de ordem burocrática, o vice-rei Liniers evitou tratar com o agente português, a despeito de, por meio dele, “*manifestar à S.A.R. el alto respeto que me merece, y poder acreditar mis vivos deseos de estrechar mas los vinculos de amistad, y alianza tan recomendada por nuestros Augustos Soberanos*”, inclusive dirigindo-se diretamente a D. João em pelo menos uma ocasião<sup>18</sup>. A situação era delicada, e recomendava circunspeção: em uma das muitas cartas trocadas com o governador de Montevidéu, Liniers lhe recomendaria, no trato com Curado, “*la precaución y reserva que corresponde,*

14 “Nota do *Cabildo* de Buenos Aires ao de Montevidéu, 5/3/1808”, in *PLRP*, op. cit., pp. 9-11.

15 A íntegra do ofício em espanhol se encontra publicada em *PLRP*, I, op. cit., pp. 124.

16 “Nota do Governador de Buenos Aires ao Ministro da Guerra da Espanha, Antonio Olaguer Feliú, 17/3/1808”, in *PLRP*, op. cit., pp. 21-3.

17 “Instruções de D. Rodrigo de Souza Coutinho a Joaquim Xavier Curado, Rio de Janeiro, 15/3/1808”. Transcritas por Walter A. de Azevedo, “A Missão Secreta do Marechal Curado ao Rio da Prata (1808-1809)”, in *Revista do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro*, v. 192, jul.-set.-1946, p. 174.

18 “Ofício de Liniers a Joaquim Xavier Curado, Buenos Aires, 26/4/1808”, in *PLRP*, op. cit., p. 43. O ofício de Liniers a D. João é de 28/7/1808, in *PLRP*, op. cit., p. 20. A correspondência trocada entre Curado, Liniers e o governador de Montevidéu, entre 26/4/1808 e 6/7/1808, encontra-se em *PLRP*, op. cit., pp. 42-54.

**Na outra  
página, retrato  
de Carlota  
Joaquina, de  
autor anônimo**

*para no exponer las determinaciones, ni la seguridad de estas Provincias*”<sup>19</sup>. Três dias antes, em 27 de abril, escrevera também ao *cabildo* de Lima, no vice-reino do Peru, manifestando seus “*justos recelos*” de que “*aquel Principe no obra de buena feé, y que si al presente no opera hostilmente contra estos Dominios por falta de Tropas Nacionales, no dejará de hacerlo luego que tenga, como se cree al auxilio competente de las Inglesas*”<sup>20</sup>.

E assim, em setembro de 1808, Curado retornou ao Rio Grande sem obter grandes resultados. O que não deve ter surpreendido D. Rodrigo Coutinho, que ao mesmo tempo em que despachara seu agente mantivera, entre 23 e 26 de março, conversas pessoais com o conde de Liniers, irmão do vice-rei do Prata, e que se encontrava no Rio de Janeiro<sup>21</sup>.

Com a presença da corte no Rio de Janeiro, a mobilização com vistas ao estabelecimento de uma política externa portuguesa especialmente voltada aos assuntos americanos se fazia constante. A intimidação de D. Rodrigo, a missão Curado e o contato com o conde de Liniers representam elementos de construção dessa política, doravante caracterizada pelo simultâneo emprego de argumentos de caráter conciliatório com ameaças declaradas de utilização de instrumentos de coerção. A corte portuguesa chegaria inclusive a, em diversas ocasiões, empregar a força militar para além de suas fronteiras americanas, mas ela também receava as convulsões de seus vizinhos, temendo retaliações<sup>22</sup>. Por detrás de tudo, um processo preliminar de experimentação da dimensão conflituosa das relações que, desde então, se estabeleceriam entre os mundos luso e hispano-americano, mediadas por algumas de suas autoridades políticas, mas jamais restritas a elas. Pois os acontecimentos de 1808, tanto no mundo português quanto no espanhol, logo se encarregariam de acentuar brutalmente um movimento, já em curso, de espraiamento dos assuntos políticos pelos espaços públicos, espaços estes que se viam cada vez mais ampliados, complexos e dinâmicos nas sociedades ibero-americanas em geral.

Sobretudo quando começaram a chegar à América, em tempos distintos e graus de precisão variáveis de parte a parte, as notícias dos acontecimentos da Espanha de 1808, que levaram à prisão da família real espanhola, à substituição do rei Fernando VII por José Bonaparte e ao início dos levantamentos populares contra aquilo que era considerado como uma odiosa dominação estrangeira. As primeiras e confusas novas aportaram ao Rio da Prata em julho, mas o desembarque de um agente de Napoleão em Buenos Aires, o marquês de Sassenay, em 13 de agosto, confirmou os temores de que a monarquia espanhola se encontrava em fortes apuros; dois dias depois, Liniers levou-os a conhecimento público<sup>23</sup>; finalmente, em 23 de agosto, chegou à cidade um enviado da junta regional de Sevilha, José Goyeneche, dando conta do início da resistência armada na península. Na América espanhola, às ameaças de investidas portuguesas e britânicas, somar-se-iam, agora, as francesas, tudo em meio à generalização da consciência de que os domínios espanhóis corriam sérios riscos de desagregação, fazendo surgir um clamor, em praticamente todos eles, por fidelidade e união em torno do rei impedido, da dinastia e dos tradicionais valores monárquicos<sup>24</sup>.

Essa situação fomentou novas investidas da política externa portuguesa. Em 19 de agosto de 1808, D. Carlota Joaquina, princesa do Brasil, esposa de D. João e irmã mais velha de Fernando VII, assinou um “Manifesto dirigido à los Fieles Vasallos de Su Majestad Católica El Rey de las Españas y Indias por su Alteza Real Doña Carlota Juaquina Infanta de España, Princesa de Portugal y Brazil”, em que se declarava defensora desses valores e pretendia ser reconhecida, por todas as autoridades políticas espanholas (da Europa, América e Filipinas) como legítima sucessora do monarca impedido. Junto com o “Manifesto”, remetia-lhes outros dois documentos firmados na mesma data, um no qual solicitava auxílio de D. João e da Grã-Bretanha na tarefa de combater os franceses e manter a unidade espanhola na América, e outro no qual D. João reconhecia a justiça da solicitação,

19 “Nota do Vicerrei ao Governador de Montevideu, 30/4/1808”, in *PLRP*, op. cit., p. 45.

20 “Nota do *Cabildo* de Buenos Aires ao *Cabildo* de Lima, 27/4/1808”, in *PLRP*, op. cit., p. 54.

21 Em *PLRP*, pp. 31-9, há uma memória escrita pelo conde de Liniers, datada do Rio de Janeiro em 20/3/1808, bem como uma síntese de suas conversas com D. Rodrigo travadas entre os dias 23 e 26 do mesmo mês.

22 João Paulo G. Pimenta, *O Brasil e a América Espanhola*, op. cit., pp. 27-72.

23 *PLRP*, op. cit., pp. 157-59. “A Proclamação do *Cabildo*, de 22/8/1808”, e de idêntico teor, encontra-se em *PLRP*, op. cit., pp. 159-60.

24 François-Xavier Guerra, “Dos Años Cruciales [1808-1809]”, in *Modernidad e Independencias. Ensayos sobre las Revoluciones Hispánicas*, 2ª ed., México, FCE, 1993.

comprometendo-se vagamente com a tarefa de “*obrar contra un enemigo comun*” de Portugal e Espanha<sup>25</sup>.

O projeto carlotista conheceu na América espanhola repercussões variadas, complexas e ainda pouco estudadas pela historiografia. Porém, é sabido que em geral foi recusado por autoridades cheias de incertezas, temerosas de quaisquer inovações políticas que, em meio a uma crise da qual não se tinha, ainda, uma visão detalhada e segura, pudessem sugerir princípios de subversão da ordem. O mais recomendável era, portanto, reafirmar sempre a lealdade às instâncias tradicionais e legítimas, mesmo que estas se encontrassem obliteradas. Afinal, embora fortemente amparado por argumentos legitimistas e continuístas, o

Reprodução



projeto foi veiculado de modo a ser percebido, efetivamente, como tendo sido composto pelos gabinetes português e britânico. Os manifestos de D. Carlota foram distribuídos às autoridades hispânicas como documentos oficiais “da corte do Brasil”, respaldados explicitamente pelo príncipe regente, publicados pela Imprensa Régia do Rio de Janeiro e encaminhados por via de seu principal ministro. Assim, a perfeita articulação entre interesses portugueses e britânicos deve enfraquecer a idéia, tão recorrente na historiografia, de que o projeto era apenas uma espécie de empreitada pessoal de D. Carlota; da parte dos coevos, a percepção dessa articulação era pautada pelo clima de incertezas inaugurado com a transferência da corte portuguesa para a América.

Em Buenos Aires, os manifestos de D. Carlota chegaram acompanhados de dois documentos oficiais: uma nota de D. Rodrigo Coutinho ao *cabildo*, de 24 de agosto de 1808, e uma carta de D. Carlota a Liniers, de 27 de agosto. No dia 13 de setembro, *cabildo* e vice-rei acusaram o recebimento e, em idêntico teor, descartaram qualquer possibilidade de adesão ao projeto<sup>26</sup>. Em 15 de outubro, Liniers enviou uma circular ao presidente da Audiência de Charcas, também no vice-reino do Rio da Prata<sup>27</sup>, Ramón García de León y Pizarro, contendo os três documentos recebidos do Rio de Janeiro, que em 12 de novembro foram dados a conhecer em Chuquisaca, quando nela entrou o enviado de Sevilha, Goyeneche; pouco depois, chegaria à cidade uma nota direta de D. Rodrigo Coutinho ao *cabildo* de Charcas e a várias outras autoridades locais e que também trazia, além dos três documentos, notícias peninsulares. Aqui, uma anterior e persistente disputa por espaços de poder, travada entre a Audiência e seu presidente, envolvendo também autoridades universitárias e eclesiásticas, encontrou no projeto carlotista um combustível ideal para a explosão do confronto: as ameaças representadas pela presença no Rio de Janeiro da corte portuguesa, já amplamente disseminadas pelas autoridades de Montevideú e Buenos Aires, foram deliberadamente associadas à

25 Os três documentos foram impressos na Imprensa Régia do Rio de Janeiro; encontram-se publicados em *PLRP*, op. cit., pp. 105-15. Sobre D. Carlota e o carlotismo, ver: Sara Marques Pereira, *D. Carlota Joaquina e os “Espelhos de Clio”*: Atuação Política e Figurações Historiográficas, Lisboa, Horizonte, 1999; Francisca L.N. de Azevedo, *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003; Roberto Etchepareborda, *Qué Fue el Carlotismo*, Buenos Aires, Plus Ultra, 1971; e Julián María Rubio, *La Infanta Carlota Joaquina y la Política de España en América (1808-1812)*, Madrid, 1920.

26 “Nota do Ministro Secretário de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho ao *Cabildo* de Buenos Aires, Rio de Janeiro, 24/8/1808”, in *PLRP*, op. cit., pp. 103-4; a carta de D. Carlota a Liniers é citada em E. Just Lleó, *Comienzo de la Independencia en el Alto Perú: los Sucesos de Chuquisaca*, Sucre, Editora Judicial, 1994, p. 73; sua recusa, de 13/9/1808, em *PLRP*, pp. 142-6; a do *cabildo* de Buenos Aires, também de 13/9/1808, em *PLRP*, op. cit., pp. 139-41.

27 Na administração imperial espanhola, as *audiencias* eram uma das instituições encarregadas pela justiça, cuja jurisdição se estendia por uma porção de território que não necessariamente coincidia com a de vice-reinos, capitanias ou províncias. A cidade de Charcas, sede de uma dessas instituições, estava no vice-reino do Rio da Prata, e hoje corresponde a Sucre, na Bolívia.

D. Carlota  
Joaquina,  
de João Baptista  
Ribeiro, 1824



Reprodução

28 Just Lleó, *Comienzo de la Independencia...*, op. cit., pp. 72-7 e pp. 376-89. A nota de D. Rodrigo ao cabildo de Chuquisaca se encontra publicada em *PLRP*, op. cit., p. 105; a recusa deste [25/12/1808] em *PLRP*, pp. 141-2. Também Pimenta, *O Brasil e a América Espanhola...*, op. cit., pp. 53-64.

gestão do presidente da Audiência, acusado de colaborador com os portugueses, polarizando antigas rivalidades (no ano seguinte, essa situação conduziria à deposição de León y Pizarro e à formação de uma junta de governo)<sup>28</sup>.

A despeito de interesses e adesões pontuais, em nenhuma parte dos domínios

espanhóis da América o projeto carlotista despertou tanto entusiasmo como nas praças portuárias do Rio da Prata. Em Buenos Aires, ele agregou poderosos comerciantes cada vez mais envolvidos em política, que em breve ocupariam lugares de destaque no movimento revolucionário do vice-reino, e cujos negócios possuíam ramificações

com a América portuguesa, como Juan José Castelli, Antonio Luis Beruti, Hipólito Vieytes, Nicolás Rodrigues Peña e Manuel Belgrano<sup>29</sup>.

A configuração desse grupo de poder e seu apoio às pretensões em torno de D. Carlota atestam que, em 1808, a região platina realmente deveria merecer, por parte do Estado português da América, uma atenção muito especial, ponto de convergência que era de uma crise política não só espanhola, mas também portuguesa. Uma crise que, se no momento não acenava para a possibilidade de os domínios lusos sofrerem um golpe de magnitude comparável ao sofrido pelos hispânicos, tampouco descartava totalmente essa hipótese, exigindo uma pronta mobilização da qual a política externa da corte de D. João no Brasil seria uma de suas muitas faces.

Ao longo daquele ano, a instabilidade que perpassava a relação, no Prata, entre América e América espanhola só aumentaria. O vice-rei Liniers, que governava com uma frágil base de apoio, costumava ser acusado por seus opositores de francófilo, dada sua ascendência francesa; agora, o era também de colaborador da corte portuguesa do Rio de Janeiro e, em decorrência, de ser pró-britânico. Em Montevidéu, Liniers teve de lidar, a partir de 20 de setembro, com tumultos populares, com a resistência do governador local, Francisco Javier de Elío, de cumprir a ordem de Liniers para ceder seu cargo a um substituto, e com a formação de uma junta de governo em nome de Fernando VII e que ignorava a autoridade do vice-rei. Em Buenos Aires, em fins do ano foi tramada uma conspiração liderada pelo poderoso comerciante Martín de Alzaga – cujos negócios também tinham ramificações na América portuguesa – e que planejou um fracassado golpe para 1<sup>a</sup> de janeiro de 1809<sup>30</sup>. A corte portuguesa no Brasil era apenas um dos muitos problemas com os quais as autoridades espanholas do Rio da Prata tinham que lidar, mas certamente um dos mais centrais.

• • •

No Rio da Prata, as tensões e os conflitos políticos não cessariam até o início do processo de independência em relação à Espanha, em 1810, imprimindo-lhes novo caráter. Fincados em situações anteriores relativas à busca de equilíbrios entre diferenças intrínsecas à constituição do próprio vice-reino, em 1776, agravadas com as invasões britânicas do começo do século seguinte, tais circunstâncias conheceram um ponto importante de definições a partir da instalação da corte portuguesa em continente americano. Conforme vimos acima, as expectativas por ela criadas desde fevereiro de 1808, bem como as relações recíprocas doravante estabelecidas entre autoridades portuguesas e espanholas, não apenas complicariam a instabilidade geral dos domínios espanhóis da América, como implicariam que, desde então, essa instabilidade seria, forçosamente, também dos domínios portugueses.

A indissociabilidade de destinos entre as duas Américas ibéricas, que poucos anos depois resultaria em um continente dividido em mais de uma dezena de novos Estados e novas nações, começou a se delinear com a crise das metrópoles em 1807 e 1808, a partir de condições dadas por uma rede, longamente maturada, de trocas, informações, notícias e boatos, agora bastante amplificada em função de novas demandas. Os impactos da instalação da corte portuguesa na América foram sentidos em diversas partes do mundo, inclusive porque o acontecimento, em si, dizia respeito a uma conjuntura mundial, pelo menos ocidental, em que muita coisa importante se sucedia em relações de causalidade direta ou indireta; no entanto, das muitas relações de determinação recíproca que se sucediam, aquelas focadas no Rio da Prata, verdadeiro ponto de intersecção entre os impérios ibéricos na América, tinham atributos especiais. Como aqueles que permitiram que as intenções do *único monarca da América do Sul* fossem lidas como a de ser tornar *imperador de toda a América do Sul*.

29 A confirmamos no diagnóstico não de todo isento de deformações de Felipe Contucci, encaminhado a D. Rodrigo em novembro de 1808, o número de pessoas “confiáveis” (entenda-se: leais ao projeto carlotista) no interior do vice-reino do Prata e capitania do Chile chegaria a 123; destas, 99 em Buenos Aires (Contucci a D. Rodrigo, Rio de Janeiro, 16/11/1808, in Tulio Halperin Donghi, *Revolución y Guerra: Formación de una Élite Dirigente en la Argentina Criolla*, 3<sup>a</sup> ed., Buenos Aires, Siglo XXI, 1994, p. 157). Também Ariosto Fernández, “Manuel Belgrano y la Princesa Carlota Joaquina (1808)”, in *Historia*, ano 1, n.º 3, Buenos Aires, jan.-mar./1956, pp. 79-88.

30 Ana Frega Novales, “Tradición y Modernidad en la Crisis de 1808. Una Aproximación al Estudio de la Junta de Montevidéu”, in Oribe Cures & Luis Ernesto Behares (args.), *Sociedad y Cultura en el Montevidéu Colonial*, Montevidéu, Universidad de la República/Intendencia Municipal de Montevidéu, 1997, pp. 283-94; também Noemi Goldman, “Crisis Imperial, Revolución y Guerra (1806-1820)”, in Goldman (dir.), *Nueva Historia Argentina Tomo III. Revolución, República, Confederación (1806-1852)*, Buenos Aires, Sudamericana, 1998; e Geneviève Verdo, *Les Provinces “désunies” du Rio de la Plata: Souveraineté et Représentation Politique dans l’Indépendance Argentine (1808-1821)*, Paris, Université de Paris I, 1998.